

O LUGAR DA PSICOLOGIA EMPÍRICA NO SISTEMA DE KANT

LEOPOLDO FULGENCIO

PUCSP

leopoldo@centrowinnicott.com.br

Resumo: Este artigo pretende mostrar que, para Kant, a psicologia empírica deve ocupar um lugar análogo ao da física empírica. Isso pode ser explicado levando-se em consideração a distinção entre uma ciência da natureza genuína (ciência *a priori*), que não seria possível para a psicologia, e uma ciência natural não-genuína (uma história natural que fornece apenas leis empíricas para seus objetos) a qual caracterizaria a psicologia como uma ciência empírica. Defende-se que Kant deixou um fio condutor para a construção dessa psicologia empírica, seja indicando um quadro transcendental – não no que se refere à formulação de uma psicologia racional, mas caracterizável pela aplicabilidade dos princípios do entendimento teórico a seus objetos, seja oferecendo um quadro heurístico para a pesquisa empírica dos objetos dados ao sentido interno. Ao final, demonstra-se que grande parte das propostas de uma psicologia científica pós-Kant está construída sob influência desse quadro kantiano, ainda que existam concepções de psicologia empírica elaboradas fora desse quadro.

Palavras-chave: Metafísica da natureza. Ciência *a priori*. Ciência empírica. Psicologia. Heurística.

Abstract: The article intends to show that Kant considers that empirical psychology should occupy a place analogous to empirical physics. This can be explained taking into consideration the distinction between a genuine natural science, an *a priori* science, which would not be possible for psychology, and a non-genuine natural science, a natural history that furnishes only empirical laws regarding its objects, which would categorize psychology as an empirical science. It is defended that Kant provided a guideline for the construction of such an empirical psychology, indicating a transcendental framework, not in that which refers to the formulation of a rational psychology, but characterized by the applicability of principles of theoretical understanding of its objects, offering a heuristic framework for the empirical research of the given data based on their internal meaning. Finally, it is indicated that a great part of the proposals of scientific psychology post – Kant are constructed under the influence of this Kantian framework, even though there exist concepts of empirical psychology that are elaborated beyond this framework.

Key-words: Metaphysics of nature. *A prior* science. Empirical science. Psychology. Heuristic.

1. INTRODUÇÃO

Pode-se considerar um fato a psicologia ainda não ter se estabelecido como uma ciência com a mesma maturidade e unidade que a física moderna. Em nossa época, ela ainda vive (segundo a opinião de Thomas Kuhn, que se diz um pós-kantiano¹) num período pré-paradigmático,² com indícios de um amadurecimento.³ A questão sobre a possibilidade ou a im-

¹ “Agora pode estar claro que a posição que eu estou desenvolvendo é um tipo de kantismo pós-darwiniano. Como as categorias kantianas, o léxico fornece condições da experiência possível. Mas as categorias lexicais, ao contrário de seus antecessores kantianos, podem e de fato mudam, tanto com a passagem do tempo como com a passagem de uma comunidade a outra” (Kuhn 1990, p. 104).

² Considero o leitor familiarizado com as propostas de Kuhn apresentadas em *A estrutura das revoluções científicas* (1975 [1970]).

³ No que se refere à possibilidade de a psicologia vir a ter um paradigma, estabelecendo-se como uma ciência, Kuhn afirma “estou ciente de que nenhum princípio barra a possibilidade de uma ou parte de uma ciência humana de encontrar um paradigma capaz de suportar [a pesquisa] normal, como a pesquisa de solução para quebra-cabeças. E a probabilidade da ocorrência dessa transição é, para mim, incrementada de forte sentimento de *déjà-vu*. Muito do que é normalmente dito para defender a impossibilidade de ‘pesquisa para solução de quebra-cabeças’ nas ciências humanas foi dito há dois séculos atrás para barrar a possibilidade da química [de ser uma ciência] e repetido um século

possibilidade da constituição da psicologia como uma ciência permanece um problema não resolvido. Parece, pois, que a análise das posições de Kant – que estabeleceu um programa de pesquisa *a priori* para as ciências da natureza⁴ – sobre o lugar epistemológico a ser ocupado pela psicologia pode contribuir para o desenvolvimento desse problema.

Para Kant, a física de sua época, instituída com as obras de Kepler e Newton, podia ser considerada uma ciência, com os fundamentos filosóficos explicitados numa física racional ou transcendental.⁵ No entanto, a situação da psicologia era muito diferente. Sobre ela, Kant afirmou tanto a impossibilidade de constituir-se como uma ciência genuína⁶ quanto que a psicologia empírica deveria ocupar um lugar análogo ao da física empírica.⁷

Trata-se, aqui, de explicitar o significado dessas afirmações de Kant para entender o lugar reservado para a psicologia empírica no seu sistema. Para isso, proponho o seguinte desenvolvimento: primeiro, esclarecer o que significa o programa kantiano de pesquisa *a priori* para as ciências da natureza, no que se refere à metafísica da natureza presente e necessária a essas ciências e no que diz respeito a alguns aspectos metodológicos desse programa, que ofereceriam guias para a pesquisa empírica; depois, no quadro desse programa, indicar a opinião de Kant sobre o lugar a ser dado à psicologia empírica, considerando a distinção que ele faz entre uma ciência natural no seu sentido genuíno (uma ciência racional ou transcendental) e uma ciência natural no sentido não-genuíno (que é melhor caracterizável como uma teoria empírica da natureza ou história natural); e, por fim, tendo especificado um quadro transcendental e heurístico deixado por Kant para a construção da psicologia como uma ciência empírica, fazer algumas referências às propostas de construção de psicologias científicas pós-Kant quanto à pertença ou não delas a esse quadro.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROGRAMA KANTIANO *A PRIORI* PARA AS CIÊNCIAS DA NATUREZA

Antes de fazer um esboço do que é o sistema de Kant para a compreensão do seu programa de pesquisa *a priori* para as ciências da natureza, convém retomar qual é o sentido específico do termo “metafísica” na sua filosofia. Até Kant, a metafísica dogmática era a parte do conhecimento filosófico que se ocupava de conhecer os primeiros princípios e as primeiras causas. Esse tipo de conhecimento estava dividido em duas partes: a metafísica geral ou ontologia e a metafísica

mais tarde para mostrar a impossibilidade de uma ciência sobre as coisas vivas. Muito provavelmente a transição que estou sugerindo está já a caminho em algumas especialidades atuais dentro das ciências humanas. Minha impressão é que, em partes da economia e da psicologia, o caso já pode ter ocorrido” (Kuhn 1989, p. 222).

⁴ Conforme explicitado por Loparic em *A semântica transcendental de Kant* (Loparic 2000).

⁵ Exposto no livro *Princípios metafísicos da ciência da natureza* (Kant 1786).

⁶ Cf. Kant 1786, pp. 16-17; A 10.

⁷ Cf. Kant 1787, B 877.

sica especial; esta última, por sua vez, seria subdividida em três partes, tratando, respectivamente, da alma, do mundo e de Deus. Com a *Crítica da razão pura*, a metafísica dogmática é substituída por uma metafísica crítica que visa conhecer não mais o ser ou os seres neles mesmos, mas estabelecer princípios racionais de exposição dos fenômenos para a formulação de suas leis. Como diz Loparic:

Em Kant, a metafísica tradicional chega ao seu fim não somente como teoria *dogmática*, mas como *teoria*, como saber racional do que as coisas são, sendo substituída por uma metafísica da natureza que diz *como é preciso pensar que as coisas são, a fim de que os problemas de sua determinação empírica possam ser solucionados*. (Loparic 2003a, p. 6)

O sistema de Kant redefine, pois, o sentido e o papel do que se entende por metafísica, explicitando, para cada ramo específico do conhecimento possível (o homem e a natureza), um conjunto de princípios *a priori* que servirão como guias de *exposição* dos fenômenos naturais e como programas de pesquisa *a priori*. É nesse sentido que poderíamos considerar que há em Kant duas metafísicas: uma fornecendo os princípios *a priori* necessários para conhecer a natureza, a *metafísica da natureza*, e outra os princípios *a priori* para conhecer a ação do homem, a *metafísica dos costumes*.⁸

2.1. Ciência da natureza e metafísica da natureza⁹

Por *natureza*, Kant entende não o sentido *formal* do termo (a natureza disso ou daquilo, como algo que é inerente à existência de uma coisa), mas seu sentido *material*, como o complexo de todas as coisas que podem ser dadas como objetos dos nossos sentidos: “entendendo, pois, por essa palavra a totalidade de todos os fenômenos, ou seja, o mundo dos sentidos, com exclusão de todos os objetos não sensíveis” (Kant 1786, p. 13). Ainda que, para ele, exista uma única natureza, enquanto totalidade dos fenômenos, esta pode ter dois tipos de objetos, segundo a diferença fundamental dos nossos sentidos: os objetos dados aos sentidos *exteriores* e os objetos dados ao sentido *interno*. Assim, teríamos uma dupla teoria da natureza, uma que se ocuparia da natureza extensa, a doutrina dos corpos, e outra que considera a natureza pensante, a doutrina da alma.

Por *ciência*, Kant considera toda doutrina que pode formar um sistema ordenado segundo princípios. Esses princípios devem, necessariamente, ser de dois tipos: os que se referem ao enlace racional, que tratam de seu objeto de acordo com princípios *a priori*, e os que se referem ao encadeamento empírico, que tratam de seu objeto conforme as leis da experiência. A esse respeito, diz Kant: “Uma teoria racional da natureza só merece, pois, o nome de ciência natural se as

⁸ Cf. Loparic 2003a.

⁹ Todo o desenvolvimento desse item corresponde à retomada das posições expressas em Kant 1786, pp. 13-15; A 3-8.

leis da natureza, que lhe subjazem, forem conhecidas *a priori* e não forem simples leis da experiência” (Kant 1786, p. 14; A 6).

Através dessas distinções, Kant diferencia uma *ciência da natureza no seu sentido genuíno* de uma *ciência da natureza num sentido não-genuíno*. A ciência da natureza no seu sentido genuíno é aquela que fornece certezas racionais ou apodícticas, dadas *a priori*; a ciência da natureza num sentido não-genuíno é aquela que fornece apenas certezas empíricas, dadas pela observação dos fenômenos e a descrição destes em diversos tempos e lugares, com a formulação de leis empíricas obtidas pela generalização da observação. Para ele, a totalidade do conhecimento que merece *propriamente o nome de ciência*, deveria, pois, ter tanto a sua parte racional com a empírica; um conhecimento que fosse apenas uma sistematização ordenada dos fatos sem as certezas *apodícticas* não deveria se chamar ciência, mas uma arte sistemática ou uma teoria empírica.

Seria tarefa da filosofia a elaboração dessa ciência genuína da natureza, ou seja, a elaboração de um conhecimento *a priori* que fornece os princípios que são um fundamento transcendental para as ciências empíricas da natureza. Noutros termos, considerando que o puro conhecimento racional (*a priori*) elaborado por meio de conceitos chama-se filosofia pura ou metafísica, então, a ciência no seu sentido pleno necessita de uma *metafísica da natureza*:

A ciência da natureza *propriamente* assim chamada pressupõe uma metafísica da natureza; com efeito, leis, isto é, princípios da necessidade do que é inerente à *existência* de uma coisa, referem-se a um conceito que não se pode construir, porque a existência não pode representar-se em nenhuma intuição *a priori*. Por conseguinte, a genuína ciência natural pressupõe uma metafísica da natureza. Esta deve, pois, conter sempre puros princípios, que não são empíricos (é por isso que leva o nome de metafísica) [...]. (Kant 1786, p. 15; A 7-8)

Na procura do entendimento da opinião de Kant sobre o lugar da psicologia, é preciso explicitar, portanto, o que é essa metafísica da natureza no quadro do seu sistema filosófico.

2.2. Aspectos gerais da estrutura do sistema kantiano da filosofia pura para a compreensão do lugar dado à metafísica da natureza e à fisiologia transcendental¹⁰

A filosofia pura é aquela parte do conhecimento que analisa, *a priori*, a arquitetura, o funcionamento e os limites da razão; ela também determina o conjunto de conceitos e princípios *a priori* aplicáveis aos objetos passíveis de serem conhecidos. Loparic comenta que “a filosofia pura é aquela parte do conhecimento puro que adquirimos a partir de conceitos pela razão em sentido amplo, isto é, pela nossa faculdade superior de conhecimento em seu todo (B 741, 863)” (Loparic 2000, p. 9).

¹⁰ Nesse item retomo diretamente a apresentação do sistema kantiano da filosofia pura tal como fez Loparic no livro *A semântica transcendental de Kant* (2000) e no artigo “As duas metafísicas de Kant” (2003a).

O conhecimento, em termos gerais, pode referir-se a dois grandes campos: o dos objetos dáveis ou dados às sensações (tanto externas como internas) e o dos atos de arbítrio. Para o primeiro caso, Kant desenvolveu sua filosofia pura *teórica*, que trata do conhecimento da natureza, e para o segundo, sua filosofia *prática*, que trata do problema da ação e da liberdade. Interessa aqui, para a compreensão da psicologia como ciência, a sua filosofia pura teórica. Esta se ocupa tanto da avaliação crítica do que é possível conhecer quanto da aplicação das leis *a priori* do conhecimento da natureza aos objetivos empíricos efetivamente dados, o que pode ser interpretado como uma metodologia *a priori* para a apreensão, formulação e resolução de problemas empíricos, mostrando-se como filosofia aplicada no campo das ciências empíricas propriamente ditas.

Retomarei o esquema geral da organização da primeira *Crítica*, especificando a tarefa que Kant estabeleceu para cada uma de suas partes para poder localizar o lugar dado à *doutrina* ou *metafísica da natureza* enquanto um programa *a priori* de pesquisa. A filosofia pura teórica é dividida em duas partes, a Crítica e a Metafísica. A Crítica corresponde à parte propedêutica, que estuda “a capacidade da razão com respeito a todos os conhecimentos puros” (Kant 1787, B 869); ela pode ser considerada “uma ciência transcendental que não visa a ampliação de nosso conhecimento *a priori* e sim a avaliação da nossa capacidade cognitiva como tal” (Loparic 2000, p. 10). Nessa parte, Kant analisou a arquitetura e as possibilidades de nosso aparelho cognitivo. A parte Metafísica, por sua vez, “se ocupa de leis do entendimento e da razão, mas unicamente na medida em que estas se referem *a priori* a objetos” (Kant 1787, B 81-2), fazendo uma apresentação do sistema completo de conhecimentos puros *a priori*.¹¹

A metafísica da natureza pode tratar apenas das leis que tornam possível o conceito de uma natureza em geral, sem nenhuma relação com qualquer objeto determinado da experiência, ou, por outro lado, referir-se aos objetos dados na experiência e, nesse sentido, “ocupar-se de uma natureza particular desta ou daquela espécie de coisas, de que se forneceu um conceito empírico, mas, no entanto, de maneira que, afora o que reside neste conceito, nenhum outro princípio empírico se empregue para o conhecimento das mesmas” (Kant 1786, p. 16; A 9). Temos, pois, uma metafísica kantiana da natureza que compreende duas disciplinas: a primeira denominada *filosofia transcendental* e a segunda *fisiologia transcendental*. Diz Kant:

¹¹ Lembrando a distinção entre uma filosofia pura e uma filosofia prática, teríamos, no “sistema da razão pura”, uma parte teórica, denominada “metafísica da natureza”, e uma parte prática, denominada “metafísica dos costumes”. Esta última se ocuparia dos “princípios que determinam *a priori* e tornam necessários o *fazer* e o *deixar fazer*” (Kant 1787, B 869). Ela será deixada ao lado nesta análise, dado que o que importa, na caracterização do lugar da psicologia como ciência, é a parte desse sistema que se ocupa da metafísica da natureza.

A chamada metafísica [da natureza], em sentido estrito, compõe-se da filosofia transcendental e da fisiologia da razão pura. A primeira considera apenas o *entendimento* e a própria razão como sistema de todos os conceitos e princípios *a priori* que se referem a objetos em geral, sem admitir objetos que *sejam dados* (ontologia); a segunda considera a *natureza*, isto é, o conjunto dos objetos *dados* (seja aos sentidos, seja, se quisermos, a outra espécie de intuição), e é, portanto, *fisiologia* (embora apenas *rationalis*). (Kant 1787, B 873)

A filosofia transcendental corresponde a uma “teoria da referência e do significado dos conceitos *a priori* no domínio da experiência possível, bem como da possibilidade (verdade ou falsidade) e da decidibilidade dos juízos sintéticos *a priori* que empregam esses conceitos” (Loparic 2003a, p. 1); ela trata da relação entre as estruturas discursivas e a experiência possível, enquanto a fisiologia racional ou transcendental seria a parte da metafísica da natureza que utiliza os juízos sintéticos (analisados na filosofia transcendental) para “legislar *a priori* sobre a natureza efetivamente dada na experiência possível” (*ibid.*).

Kant comenta, então, que haveria apenas duas espécies de objetos: os dos sentidos externos e os do sentido interno: “Há, pois, somente duas espécies de objetos dos sentidos: 1. Os dos sentidos externos, portanto o conjunto desses objetos, a *natureza corpórea*. 2. O objeto do sentido interno, a alma e, segundo os conceitos fundamentais da alma em geral, a *natureza pensante*” (Kant 1787, B 874). Sendo assim, só haveria dois tipos de objetos para as ciências da natureza e, por isso, apenas duas ciências: a *física*, que se ocuparia da natureza corpórea (dos objetos das sensações externas), e a *psicologia*, que se ocuparia da natureza pensante (dos objetos das sensações internas).

A tarefa da filosofia pura seria, pois, poder estabelecer, no quadro da fisiologia transcendental, o conjunto de conceitos e princípios *a priori* que serviriam de fundamento e guia para o conhecimento dos objetos dados aos sentidos, seja para o conhecimento dos objetos dos sentidos externos – apresentando uma *física pura* – seja para o conhecimento dos objetos do sentido interno – com a elaboração de uma *psicologia pura*. Diz Kant: “A metafísica da natureza corpórea chama-se *física*, mas porque deve conter os princípios do seu conhecimento *a priori*, *física racional*. A metafísica da natureza pensante chama-se *psicologia* e, pela razão acabada de apontar, trata-se aqui apenas do *conhecimento racional* da alma” (*ibid.*).

Em 1786, Kant apresentou uma análise dessa *física racional ou transcendental*, analisando seus conceitos e princípios *a priori*, bem como indicou de que maneira estes poderiam ser usados no domínio de objetos dados na experiência, ou seja, na física empírica. No entanto, o mesmo não foi feito por Kant em relação à psicologia: “Kant não chegou jamais a elaborar uma psicologia racional crítica, deixando, portanto, a psicologia empírica sem princípios metafísicos necessários para o desenvolvimento da pesquisa” (Loparic 2003a, p. 5).

2.3. O programa kantiano de pesquisa *a priori* para as ciências da natureza

A interpretação de Loparic sobre a obra de Kant mostra que a *metafísica da natureza* pode ser considerada um programa *a priori* para a pesquisa científica no campo da natureza. Ele sintetiza o que considera ter sido o propósito kantiano:

Em resumo, o propósito perseguido por Kant na sua metafísica da natureza, tanto geral como especial, era elaborar um programa *a priori* para a pesquisa empírica especificando: 1) a origem, a estrutura interna (dados, incógnitas, condições sobre as incógnitas) dos problemas relativos aos aparecimentos pertencentes aos domínios físico e psíquico; 2) os métodos de solução desses problemas e 3) as condições gerais para a aceitação das soluções encontradas. (Loparic 2000, p. 32)

Essa metafísica da natureza poderá, por conseguinte, fornecer guias *a priori* da pesquisa empírica no domínio de objetos dados na experiência, oferecendo tanto *princípios para a exposição dos aparecimentos* (Kant 1787, B 303) quanto regras para procurar resoluções de problemas empíricos. Diz Loparic:

O resultado da aplicação dos princípios *a priori* da filosofia transcendental no campo da natureza material são os princípios da física racional (os da foronomia, mecânica, dinâmica e fenomenologia) [analisados por Kant nos *Princípios metafísicos da ciência da natureza*]. A função básica desses princípios é *heurística*: eles são usados como guias da pesquisa empírica no domínio de objetos materiais sensíveis, ou seja, como princípios *a priori* de resolução de problemas, desenvolvida pela ciência empírica. O objetivo principal da metafísica da natureza não é o de simplesmente expor a estrutura *a priori* da natureza, mas o de permitir a elaboração de regras de resolução de problemas empíricos da ciência da natureza à luz de enunciados que caracterizam a estrutura desse objeto de estudo. (Loparic 2003a, pp. 5-6)

Não analisarei neste texto todos os aspectos desse programa, mas tão-somente mostro como este está estabelecido, salientando algumas de suas características metodológicas, significativas na realização das pesquisas empíricas propriamente ditas. Ao compreender como Kant apresentou esse programa, teremos algum material para analisar o lugar da psicologia no seu sistema. Antes disso, no entanto, é necessário diferenciar mais claramente o que ele caracterizou como metafísica da natureza e metafísica dos costumes.

2.4. A distinção entre metafísica da natureza e metafísica dos costumes

Kant estabelece uma distinção entre o conhecimento do homem enquanto objeto da natureza (determinado pelos mesmos princípios *a priori* que governam os objetos naturais) e o conhecimento do homem enquanto *cidadão do mundo* (no qual está presente a sua liberdade de ação), opondo, assim, dois tipos de antropologia: a antropologia *fisiológica*, do ponto de vista da *physis*, e a antropologia *pragmática*, do ponto de vista da conduta. No início de *Antropologia do ponto de vista pragmático*, Kant faz a distinção entre esses dois tipos de antropologia:

Uma doutrina do conhecimento do homem, sistematicamente tratada (Antropologia), podia sê-la do ponto de vista fisiológico ou do ponto de vista pragmático. O conhecimento fisiológico do homem tende à exploração do que a *natureza* fez do homem; o conhecimento pragmático do que o homem, enquanto ser de livre atividade, faz ou pode e deve fazer dele mesmo. (Kant 1798, p. 11)

Enquanto um elemento da natureza, o homem pode ser tomado tanto como um objeto dado aos sentidos externos quanto como um objeto dado ao sentido interno. Tanto num como noutro desses casos, diz Kant, é necessário admitir que o homem seria “somente um espectador de suas representações” (*ibid.*). Assim, a antropologia do ponto de vista fisiológico ocupar-se-ia do homem enquanto um objeto da natureza. Essa antropologia fisiológica, isto é, naturalista, pode ser desenvolvida tanto em termos físicos (o que implicaria o estudo das suas determinações biológicas) quanto em termos psicológicos (o que implicaria tomar as suas representações como mutuamente determinadas).¹² No último caso, a antropologia do ponto de vista fisiológico considera o homem um mero efeito do jogo de suas representações, para o qual a liberdade de agir não é considerada.

No entanto, se considerarmos o homem um ser livre de ação, não como uma pura receptividade (*facultas sensitive percipiendi*), mas na sua capacidade de causar movimento (*facultas locomotiva*),¹³ então, esse homem não poderá ser pensado como um objeto natural e o seu estudo, nessa perspectiva, deverá, obrigatoriamente, desenvolver um outro tipo de antropologia, que seja referida à sua ação livre na relação consigo e com os outros homens. A esse respeito, afirma Kant:

Uma tal Antropologia, como *conhecimento do mundo*, conhecimento que precisa adicionar-se ao da escola, deverá receber precisamente o nome de pragmática, não porque comporte um conhecimento extenso das *coisas* que se encontram no mundo – por exemplo, animais, plantas e minerais, nos diferentes países e climas –, mas porque ele comporta um conhecimento do homem como *cidadão do mundo*. (Kant 1798, p. 11)

A antropologia elaborada do ponto de vista pragmático pensa o homem não mais regido pelas leis da natureza, mas a partir de outro tipo de causalidade, a saber, um usuário livre para agir no mundo no qual ele habita: “duas expressões, *conhecer* o mundo e *ter* o mundo, são, na sua significação, muito afastadas uma da outra: pois, num caso, nada mais se faz do que *compreender* o mundo do qual se foi o espectador, enquanto, noutro caso, *entrou-se no jogo*” (Kant 1798, pp. 11-2).

Para Kant, onde há liberdade de agir não poderá haver ciência natural. É assim que a antropologia do ponto de vista pragmático não fornece leis naturais para a conduta, mas tão-

¹² Trata-se, pois, de um erro considerar a antropologia do ponto de vista fisiológico de Kant apenas referida ao estudo das determinações corporais (biológicas) do ser humano.

¹³ Como diz Kant em 1796, p. 224.

somente regras e princípios para a ação livre do homem; no entanto, a antropologia do ponto de vista fisiológico pode tomar o homem enquanto objeto dado aos sentidos, para explicá-lo segundo as leis da natureza, no que se refere a seu corpo ou no que se relaciona com sua alma – esta considerada apenas no que concerne à sua receptividade sensitiva (*facultas sensitive percipiendi*) e não no que diz respeito à sua capacidade de causar movimento (*facultas locomotiva*).

Note que, para Kant, todo conhecimento depende de conceitos e princípios *a priori*, o que implica dizer que tanto a antropologia do ponto de vista fisiológico quanto a antropologia do ponto de vista pragmático pressupõem metafísicas que as fundamentam: respectivamente, uma *metafísica da natureza* e uma *metafísica dos costumes*.

3. ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS DO PROGRAMA KANTIANO DE PESQUISA A *PRIORI* PARA AS CIÊNCIAS DA NATUREZA

O conhecimento, para Kant, é um amálgama entre o que vem da experiência e o que vem de nossa faculdade de conhecer,¹⁴ podendo apresentar-se tanto na forma de intuições como de conceitos. Convém distinguir entre uma e outra maneira de conhecer. A intuição corresponde a uma representação dada de um objeto e é sempre singular, enquanto o conceito corresponde a uma abstração, uma representação que é uma nota para subsumir uma classe de objetos. Kant diz: “Todos os conhecimentos, isto é, todas as representações conscientes referidas a um objeto são intuições ou conceitos. A intuição é uma representação singular; o conceito uma representação universal ou representação refletida” (Kant 1923, p. 159; AK 91).¹⁵ Para ele, há mesmo uma oposição entre eles: “o conceito opõe-se à intuição, por ser uma representação universal ou representação do que é comum a vários objetos e, assim, uma representação na medida em que pode estar contida em várias” (*ibid.*).

Para que um conceito possa ter um significado objetivo (validade, sentido ou realidade objetiva), é necessário que seja aplicável ao domínio dos fenômenos ou, dizendo noutros termos, para que um conceito possa ter validade objetiva ele precisa ter um conteúdo intuitivo:

Para cada conceito exige-se primeiro a forma lógica de um conceito (pensante) em geral e, em segundo lugar, a possibilidade de lhe dar um objeto a que se refira. Sem este último, não possui sentido, é completamente vazio de conteúdo [...] sem isso [os conceitos] não possuem qualquer validade objetiva, são um mero jogo, quer da imaginação, quer do entendimento, com suas respectivas representações. (Kant 1787, B 298)

¹⁴ Cf. Kant 1787, B 1.

¹⁵ A esse respeito, Loparic também comentou, apoiando-se na primeira *Crítica*: “A diferença entre uma intuição e um conceito é formulada por Kant da seguinte maneira: enquanto a primeira ‘refere-se imediatamente ao objeto e é singular’, o segundo ‘refere-se ao objeto mediadamente, através de uma nota que diversas coisas podem ter em comum’ (B 377)” (Loparic 2000, p. 171).

Nesse sentido, só os conceitos que podem receber um conteúdo intuitivo (sensível) podem ser considerados objetivamente válidos. Afirma Kant:

Para que um conhecimento possua realidade objetiva, isto é, se refira a um objeto e nele encontre sentido e significado, deverá o objeto poder, de qualquer maneira, ser dado. Sem isto os conceitos são vazios e, se é certo que por seu intermédio se pensou, nada realmente se conheceu mediante estes pensamentos, apenas se jogou com representações. Dar um objeto, se isto, por sua vez, não deve ser entendido apenas de maneira imediata [enquanto meras representações], mas também ser apresentado imediatamente na intuição, não é mais do que referir a sua representação à experiência (real ou possível). (Kant 1787, B 194-95)

Ao caracterizar o próprio pensar como o conhecimento que se faz por meio de conceitos (*cognitio discursiva*), Kant (1923, p. 159; AK 91) comenta que o conhecimento depende da conjugação necessária entre intuições e conceitos. As intuições, referentes ao múltiplo sensível dado por nossa faculdade sensível, só fornecem um conhecimento singularizado, sem nenhuma universalidade, enquanto os conceitos, que não puderem encontrar na realidade fenomênica um objeto que lhes correspondam adequadamente, são meras ilusões. Kant diz ainda que todos os conceitos objetivamente válidos deverão poder obter um objeto na intuição: “Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas. Pelo que é tão necessário tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição) como tornar compreensíveis as intuições (isto é, submetê-las aos conceitos)” (Kant 1787, B 75). Os conceitos que não puderem responder a essa exigência devem ser tomados como metafísicos, tendo como referentes algo que não poderá jamais ser conhecido objetivamente.

Mas intuições e conceitos são constituídos diferentemente. As intuições têm um conteúdo dado direta e imediatamente por um objeto singular, enquanto o conceito é sempre uma abstração, algo construído pelo entendimento ou pela razão. Note que nenhum conceito possui um conteúdo sensível que o transforma num fenômeno: o conceito de cão não morde, o de triângulo não é fidedignamente representável graficamente etc. A questão que se coloca é: como é possível fornecer um conteúdo intuitivo a um conceito? Assim, para que tenham validade objetiva, os conceitos deverão articular duas coisas de natureza diferentes: aquilo que é produzido pelo intelecto (entendimento) ou pela razão com o que é dado pelo nosso aparelho sensível. Kant mostra que essa articulação é possível por meio de uma *representação mediadora*, um terceiro termo homogêneo tanto ao pensamento quanto à intuição, ao mesmo tempo intelectual e sensível.¹⁶ Observe que, para cada tipo de conceito (empírico, matemático, transcendental), deverá corresponder um tipo específico de representação mediadora. Kant denomina *esquema* a esse termo

¹⁶ Cf. Kant 1787, B 177.

mediado e *esquematismo*¹⁷ ao processo pelo qual se opera com esses esquemas, realizando a conexão entre o pensamento e a sensibilidade.

O esquema é, em si mesmo, um produto da imaginação, mas que não tem como objeto nenhuma intuição singular, ou seja, ele não é a imagem de alguma coisa. O esquema é um modo de representar um determinado conjunto (um conceito) sem que seja necessário produzir a imagem empírica desse conjunto nele mesmo. Kant exemplifica isso discutindo como poderíamos representar o conjunto de cinco pontos (cuja imagem seria “.....”) e o conjunto de mil pontos (cuja imaginação teria dificuldade em constituir uma imagem clara):

quando disponho cinco pontos um após outro tenho a imagem do número cinco. Em contrapartida, quando apenas penso um número em geral, que pode ser cinco ou cem, este pensamento é antes uma representação de um método para representar um conjunto, de acordo com um certo conceito, por exemplo mil, numa imagem, do que essa própria imagem, que eu, no último caso, dificilmente poderia abranger com a vista e comparar com o conceito. (Kant 1787, B 179)

Não sendo uma imagem, o esquema é, na verdade, um modo pelo qual é possível dar a um conceito um certo conteúdo intuitivo sem que ele seja, no entanto, um conteúdo sensível singular que reduziria o conceito enquanto um termo genérico. É justamente a isso, a essa representação de um processo geral da imaginação para dar a um conceito uma imagem (intuitiva, mas não singular), que Kant denominará esquema desse conceito.¹⁸

Podemos apreender claramente como isso acontece no que tange, por exemplo, ao conceito de cão e seu esquema empírico correspondente. Kant diz:

O conceito de cão significa uma regra segundo a qual a minha imaginação pode traçar de maneira geral a figura de um certo animal quadrúpede, sem ficar restringida a uma única figura particular, que a experiência me oferece ou também a qualquer imagem possível que posso representar *in concreto*. (Kant 1787, B 180)

Kant, quando se refere aos diversos tipos de conceitos válidos para o conhecimento, tomando-os no que diz respeito à sua matéria, faz uma distinção entre aqueles que são *dados* e os que são *feitos*.¹⁹ Os *dados* podem ser *a posteriori* (conceitos empíricos) ou *a priori* (as categorias do entendimento), enquanto os *feitos* são sempre construções *a priori*.²⁰ Dentre os conceitos do segundo tipo, temos os matemáticos e os puros da razão. Para Kant, os conceitos matemáticos (como também todos os conceitos *dados*) podem receber um conteúdo intuitivo que lhes é ade-

¹⁷ Cf. Kant 1787, B 179.

¹⁸ Cf. Kant 1787, B 180.

¹⁹ Para uma análise detalhada sobre os temas “referência e significado” em Kant, cf. Loparic 2000, pp. 171-202.

²⁰ Ainda que, no que diga respeito à sua forma, todo conceito seja sempre *feito*.

quado, mas os conceitos puros da razão – por exemplo, o conceito de natureza como um todo organizado – não poderá jamais receber esse conteúdo de forma adequada.

Isso faz com que seja necessário explicar, ao menos, duas coisas: primeiro, qual é a natureza e função dos conceitos puros da razão na produção do conhecimento; e, segundo, já que todo conceito precisa receber um conteúdo intuitivo, como isso é possível para esse tipo de conceito.

3.1. Os conceitos puros da razão como ficções heurísticas para a condução da pesquisa empírica

Kant diz que os conceitos puros da razão²¹ – que ele denomina idéias²² ou meras idéias²³ – são conceitos sem referente adequado na experiência sensível, mas necessários à produção do conhecimento. Ao distinguir o que cabe a cada uma das faculdades de conhecer (intuição, entendimento e razão) – em termos dos conceitos e princípios *a priori* que fundamentam e orientam o próprio conhecimento –, ele dirá que caberá à razão fornecer “princípios reguladores do uso sistemático da experiência no campo da experiência” (Kant 1787, B 799). Esses princípios da razão contêm apenas conceitos puros, cuja função é auxiliar na pesquisa empírica propriamente dita, ainda que, eles mesmos, sejam indeterminados na sua validade objetiva. Diz Kant:

O que é digno de nota nestes princípios, e também unicamente o que nos ocupa, é que parecem ser transcendentais e, embora contenham apenas simples idéias para a observância do uso empírico da razão, idéias que este uso, aliás, só pode seguir assintoticamente, ou seja, aproximadamente, sem nunca as atingir, possuem, todavia, como princípios sintéticos *a priori*, validade objetiva, mas indeterminada, e servem de regra para a experiência possível, sendo mesmo realmente utilizados com êxito como princípios heurísticos na elaboração da experiência, sem que todavia se possa levar a cabo uma dedução transcendental, porque esta, como anteriormente demonstramos, é sempre impossível em relação às idéias. (Kant 1787, B 691-92)²⁴

Os conceitos puros da razão, ou *idéias*, não terão, jamais, um referente empírico que lhes correspondam adequadamente; eles são princípios reguladores da pesquisa empírica e, enquanto tais, referem-se apenas a entes da razão, e nunca a realidades empíricas (nem mesmo em hipótese). A função e a validade dessas *idéias*, na produção do conhecimento, é apenas heurística. Afirma Kant:

Os conceitos da razão [...] são meras idéias e não têm, evidentemente, objeto algum em qualquer experiência, mas não designam por isso objetos imaginados e ao mesmo tempo admitidos como possíveis. São pensados de modo meramente problemático, para fundar em relação a eles (como

²¹ Cf. Kant 1787, B 377-89 para a explicação sobre a natureza e a função das idéias transcendentais.

²² Cf. Kant 1787, B 367-96.

²³ Cf. Kant 1787, B 799.

²⁴ Kant refere-se aos conceitos puros da razão como idéias da razão, idéias transcendentais, ou ainda, como apenas idéias.

ficções heurísticas) princípios reguladores do uso sistemático do entendimento no campo da experiência. Se sairmos deste campo, são meros seres da razão, cuja possibilidade não é demonstrável e que não podem também, por hipótese, ser postos como fundamento da explicação dos fenômenos reais. (Kant 1787, B 799)²⁵

Ao analisar a função dos conceitos puros da razão teórica, as *idéias* transcendentais,²⁶ Kant diz que eles são conceitos especulativos *a priori* que tornam possível *pensar as totalidades* absolutas. Elas são redutíveis a três: a do sujeito pensante, a da série das condições do fenômeno e, por fim, a da condição de todos os objetos pensantes. A esse respeito, afirma Kant:

a primeira delas contém a *unidade* absoluta do sujeito pensante [que é o objeto da psicologia], a *segunda*, a *unidade* absoluta da *série das condições do fenômeno* [o conjunto de todos os fenômenos que é objeto da *cosmologia*] e a *terceira*, a *unidade* absoluta da *condição de todos os objetos do pensamento* em geral [que contém a condição suprema da possibilidade de tudo o que pode ser pensado (o ente de todos os entes) é objeto da teologia]. (*ibid.*, B 391)

Essas *idéias* fornecem guias para a procura do conhecimento científico teórico ou prático que possa ser formulado em termos objetivamente válidos, referidos ao domínio da natureza (Kant diz: “fisiológicos”) ou às condutas (práticos ou pragmáticos). Mesmos sem serem dotados de referentes empíricos objetivamente dados, eles garantem que tanto as leis da natureza como as dos costumes possam ser reunidas em sistemas – o da natureza e o da liberdade. Dados esses dois sistemas, o cientista natural pode dedicar-se à sua tarefa de explicar os fenômenos e suas relações – ou melhor, de resolver problemas empíricos – e o estudioso da práxis humana pode determinar regras de conduta racional.

Os conceitos puros da razão funcionam, pois, como ficções heurísticas que podem auxiliar a pesquisa dos fenômenos e suas relações de determinação recíproca, levando à formulação de leis empíricas.

3.2. O conceito de força e o ponto de vista dinâmico como ficções heurísticas

É necessário exemplificar aqui como os conceitos puros da razão, sendo ficções heurísticas, podem ser utilizados na condução das pesquisas empíricas propriamente ditas. O caso do conceito de causa incondicionada pode servir para esse objetivo.

Para explicar um determinado fenômeno ou movimento na natureza, é preciso fornecer a série completa de determinações causais que o produziu. Nessa procura, acaba-se por encontrar um problema que torna impossível completar essa série, pois, não havendo efeito sem causa,

²⁵ Um estudo detalhado da função heurística dos conceitos em Kant também deveria referir-se ao que ele chama de “heautonomia”: regra usada pelo juízo reflexivo para viabilizar suas investigações da natureza como sistema. Cf. Kant 1793, § V da Introdução, AK XXIX-XXXVIII; trad. pp. 25-30.

²⁶ Cf. Kant 1787, B 366-96. Veja também Loparic 2000, Cap. 5.

sempre será possível remeter uma causa à outra causa anterior. Isso estabelece uma série infinita de causas, jamais completa empiricamente. Kant nos diz, então, que a razão, visando interromper essa busca infinita das causas, estabelece um limite, postulando uma causa originária, anterior à qual nenhuma outra deve ser procurada; uma causa incondicionada que, ela mesma, não precisa ser explicada e a partir da qual todas as relações causais devem ser estabelecidas. Essa causa originária é um ente da razão e não advém, portanto, da experiência sensível: o que seria impossível, já que não corresponde a uma entidade fenomênica. Diz Kant:

Como, porém, só o *incondicionado* possibilita a totalidade das condições e, reciprocamente, a totalidade das condições é sempre em si mesma incondicionada, um conceito puro da razão pode ser definido, em geral, como o conceito de incondicionado, na medida em que contém um fundamento da síntese do condicionado. (Kant 1787, B 379)

A causa incondicionada, como uma idéia transcendental, é, para Kant, uma idéia *necessária* da razão, sem a qual a produção do conhecimento não poderia ser feita de forma adequada:

Os conceitos puros da razão, incidindo sobre a totalidade na síntese das condições, são necessários, pelo menos na medida em que nos prescrevem a tarefa de fazer progredir, tanto quanto possível, a unidade do entendimento até o incondicionado e estão fundados na natureza humana, ainda que, de resto, falte a estes conceitos transcendentais um uso adequado *in concreto* e, assim, não tenham outra utilidade que não seja a de conduzir o entendimento numa direção em que o seu uso, ampliando-se o mais possível, se mantenha, ao mesmo tempo, sempre perfeitamente de acordo consigo. (Kant 1787, B 380)

Em *Princípios metafísicos a toda ciência da natureza*, Kant diz, ainda, que existem apenas duas alternativas para conceber essa causa incondicionada, ou seja, apenas dois pontos de vista que são guias para explicar a matéria e suas relações: o mecânico e o dinâmico. Segundo o ponto de vista mecânico ou atomista, o movimento, na natureza, deveria ser explicado em função de partículas indivisíveis, os *átomos*. Estes seriam responsáveis pela transmissão do movimento entre os corpos. Por outro lado, o ponto de vista dinâmico suporia, com o mesmo fim, que o movimento deve ser explicado em função de *forças* motrizes agindo na matéria e no encontro entre os corpos. Segundo Kant, não se trata de supor infinitas forças, o que apenas obscureceria o entendimento, mas sim de considerar somente duas forças básicas: as de atração e as de repulsão. Afirma Kant:

todas as leis mecânicas supõem leis dinâmicas e uma matéria, enquanto em movimento, não pode ter nenhuma força motriz a não ser em virtude da sua repulsão ou atração, sobre as quais e com as quais age imediatamente no seu movimento e comunica assim o seu próprio movimento a uma outra matéria. (Kant 1786, p. 88; A 107)

Tanto os átomos como as forças são conceitos puros elaborados pela razão; portanto, não podem ser confundidos com os dados empíricos: não há apreensão sensível possível nem dos

átomos nem das *forças*. O que é que decide, então, pela escolha de um ou de outro ponto de vista como uma orientação para a pesquisa empírica? Segundo Kant, trata-se de uma escolha que não pode estar baseada em fatos, mas tão-somente nos frutos que um ou outro pode trazer para a pesquisa empírica. O ponto de vista dinâmico, diz Kant, é *muito mais adequado e favorável* (Kant 1786, p. 83; A 102) para atingir uma explicação sistêmica mais extensa e mais conforme à razão, permitindo encontrar leis determinadas num encadeamento racional, sem que seja necessário supor alguma *qualidade oculta*, tal como é necessário quando se supõem *átomos* como transmissores de movimento. Como diz Loparic, o critério de escolha, entre um ou outro ponto de vista, é apenas heurístico:

Tudo o que ele [Kant] disse é que a teoria dinâmica, se julgada por alguns critérios metodológicos razoáveis, é um melhor guia de pesquisa empírica do que a teoria atomista. Essa é uma avaliação do ponto de vista heurístico de ambas as teorias tal como existiam na sua época, que de modo algum pode ser interpretada como uma tentativa de uma dedução *a priori* da teoria dinâmica. (Loparic 2000, p. 315)

Em resumo, o *ponto de vista dinâmico* e as *forças* são conceitos puros da razão, idéias que não têm referente possível no mundo sensível; são idéias que têm entes da razão como referentes e que servem como guias de pesquisa factual. Para Kant, o uso de ficções heurísticas na prática de pesquisa empírica visa auxiliar o cientista na busca das leis e explicações dos fatos empíricos; elas mesmas não são explicação de coisa alguma, mas servem como guias para saber que tipo de relações pesquisar na organização e sistematização de um determinado campo de fenômenos.

Surge aqui um aspecto da teoria kantiana que necessita ser explicado. A questão é: como é possível fazer a ligação entre aquilo que é dado somente à intuição (representações intuitivas) e aquilo que corresponde a representações dadas como conceitos (ou representações discursivas), dado que essas duas representações são de tipos diferentes? A resposta a essa pergunta é dada pela noção kantiana de *esquema*. Isso é importante para o desenvolvimento deste texto, pois pode esclarecer um aspecto metodológico do programa kantiano que se refere ao *uso de ficções heurísticas na pesquisa empírica*, uma vez que a noção de *esquematismo analógico* diz respeito ao uso de conceitos desse tipo.

3.3. O esquematismo analógico e o uso de ficções heurísticas na pesquisa empírica

No programa de pesquisa kantiano, é necessário distinguir entre os conceitos que podem receber um conteúdo intuitivo (sensível) adequado e os que não têm a possibilidade de receberem esse conteúdo adequadamente. Os primeiros podem ser ditos preenchíveis e são de diversos

tipos: “Os conceitos preenchíveis são divididos em empíricos e puros. Kant subdivide os empíricos em conceitos de percepção e conceitos de experiência, e os puros, em matemáticos e do entendimento” (Loparic 2000, p. 181). Os segundos, conceitos não preenchíveis, podem ser totalmente impróprios e sem sentido para o conhecimento – tal como o conceito de Deus, de imortalidade da alma etc. – ou terem uma validade apenas heurística. Os conceitos heurísticos são aqueles que, mesmo não podendo receber um conteúdo intuitivo adequado, podem auxiliar no processo de pesquisa dos problemas empíricos que o cientista procura resolver. Mas, como todo conceito precisará receber um conteúdo intuitivo, estes o receberão de forma indireta, por meio de aproximações analógicas, ainda que de uma maneira apenas esquemática e não objetivável empiricamente. Dentre os conceitos preenchíveis, devemos incluir todos os conceitos dados *a priori* (as categorias do entendimento) e *a posteriori* (os conceitos da experiência), bem como os conceitos matemáticos. Como conceitos não preenchíveis, podemos considerar os conceitos puros da razão ou conceitos cuja construção depende destes últimos.

Cada tipo de conceito deverá corresponder a um tipo específico de representação mediadora ou esquema, a qual torna possível dar-lhe um conteúdo intuitivo. É assim que Kant fala em diversos tipos de esquemas: *empíricos*, *matemáticos*, *transcendentais* (que se referem aos conceitos transcendentais dados *a priori* pelo entendimento) e os *simbólicos* ou *analógicos* (que correspondem aos esquemas necessários aos conceitos puros da razão). No que diz respeito aos conceitos que podem ser preenchíveis – tal como exemplifiquei ao referir-me ao conceito de cão –, é possível ter uma idéia sobre como estes recebem conteúdos intuitivos que lhe são adequados.²⁷ Mas, no caso dos conceitos não preenchíveis, é ainda necessário explicar como são seus esquemas. Ao falar dos conceitos transcendentais, tanto os que podem quanto os que não podem receber um conteúdo empírico adequado, Kant diz:

Todas as intuições que submetemos a conceitos *a priori* são ou esquemas [transcendentais ou matemáticos] ou *símbolos* [esquematismos simbólicos], dos quais os primeiros contêm apresentações diretas, e os segundos, apresentações indiretas do conceito. Os primeiros fazem isto demonstrativamente e os segundos mediante uma analogia (para a qual nos servimos também de intuições empíricas), na qual a faculdade do juízo cumpre uma dupla função: primeiro de aplicar o conceito ao objeto de uma intuição sensível e então, segundo, aplicar a simples regra de reflexão sobre aquela intuição a um objeto totalmente diverso, do qual o primeiro é somente um símbolo. (Kant 1793, p. 196; § 59, A 256)

Na caracterização dos conceitos puros da razão como ficções heurísticas, podemos, ainda, dizer que esses conceitos fornecem regras para procurar relações entre os fenômenos. O esquema

²⁷ Ainda que fosse necessário, não será desenvolvido aqui como isso ocorre com as categorias do entendimento e com os conceitos matemáticos. Para isso, cf. Loparic 2000, pp. 185-7.

que se refere a esse tipo de conceito pode ser dito simbólico, porque corresponde a algo irrepresentável em si mesmo. Assim, a tarefa de fornecer um conteúdo intuitivo a essas ficções heurísticas (a interpretação intuitiva de uma idéia ou conceito puro da razão) é uma operação que visa tornar esse tipo de conceito aplicável ao mundo fenomênico, por meio de uma analogia.

Para Kant, o uso das analogias na filosofia difere do seu uso nas ciências empíricas e na matemática. Na matemática, a analogia é uma regra de proporção, a partir da qual se pode constituir um termo que falta numa relação, mas, na filosofia e na ciência, ela tem apenas um papel *regulativo*, jamais um papel *constitutivo* daquilo que se procura (cf. Kant 1787, B 222), sendo apenas uma regra para procurar. Temos um exemplo de Kant, sobre o uso das analogias ou esquemas desse tipo, quando ele comenta de que maneira seria possível compreender o Estado Monárquico por meio de uma analogia:

um estado monárquico é representado por um corpo animado, se ele é governado segundo leis populares internas, mas por uma simples máquina (como porventura um moinho), se ele é governado por uma única vontade absoluta, em ambos os casos, porém, só simbolicamente. Pois entre um Estado Despótico e um moinho movido à mão há na verdade nenhuma semelhança, mas há certamente entre a regra de refletir sobre ambos e sua casualidade. (Kant 1793, p. 197; § 59, A 256)

Os esquemas analógicos que se referem às ficções heurísticas dizem respeito tanto à necessária operação de fornecer um conteúdo intuitivo, ainda que impróprio, para esses conceitos, quanto para procurar²⁸ regras de orientação específica para o desenvolvimento da pesquisa empírica. Esse tipo de aplicabilidade de ficções heurísticas à pesquisa, referida ao uso de esquemas simbólicos ou analógicos, é um procedimento não só comum como necessário nas ciências empíricas:

Existe ainda a interpretação analógica [os esquemas simbólicos ou analógicos necessários para dar um conteúdo intuitivo, sensível, a um conceito puro da razão ou uma idéia], amplamente usada em várias ciências naturais, por exemplo, a física matemática, onde objetos ideais tais como infinitesimais, espaço absoluto, tempo absoluto, forças fundamentais etc. recebem uma representação intuitiva analógica. (Loparic 2000, p. 280)

Segundo Kant, não se trata apenas das pesquisas dos objetos naturais, mas também, como exemplifiquei no caso do Estado Despótico, das pesquisas no campo da ação humana. Esses esquemas simbólicos ou analógicos funcionam como construções auxiliares para que seja possível

²⁸ O mesmo diz Kant sobre o uso da analogia, afirmando que, no caso das analogias qualitativas (ou seja, que não envolvem comparação proporcional de quantidades, tal como ocorre na matemática), estas servem, ao comparar algo conhecido empiricamente com algo não conhecido, como uma *regra para procurar* e, caso trate-se de uma comparação proporcional envolvendo termos, na qual estaria faltando um deles, como uma *regra para o encontrar* (cf. Kant 1787, B 222).

desenvolver a pesquisa empírica, sem que esses símbolos ou analogias signifiquem a representação intuitiva adequada, objetivamente válida, do conceito aplicado ao domínio dos fenômenos:

De fato, recorreremos à interpretação analógica sempre que lidamos com conceitos que não podem facilmente, ou de modo algum, serem interpretados de maneira direta por meio de esquemas adequados e “diretos”. É claro que esse procedimento *não* gera uma forma de *conhecimento*, mas equivale apenas a um mero *modo de representação* dos referentes de idéias, introduzidos por presuposição relativa. Apesar disso, seu uso nem sempre é sinal de uma razão indolente, pois se trata de uma ferramenta “de determinação prática de que a idéia de um objeto pode ser para nós e para seu emprego final” (*Crítica da faculdade do juízo*, p. 197; no original, p. 257), isto é, de um instrumento indispensável de pesquisa empírica. (Loparic 2000, p. 280)

3.4. Uma ficção para compreender a sede da alma

Um outro exemplo significativo do uso de ficções teóricas como modelo heurístico para a resolução de problemas factuais é apresentado por Kant, quando consultado sobre o problema metafísico da “sede da alma”. O médico Samuel Sömmering publicara, em 1796, o livro *Sobre o órgão da alma* e remeteu-o a Kant, como filósofo, um pedido de apreciação. Kant responde explicitando que o problema lhe causa embaraço e precisa ser mais bem colocado. Em primeiro lugar, ele considera necessário distinguir o problema metafísico da sede da alma do problema factual da sede da alma. Para ele, a não distinção entre esses dois tipos de problemas e a tentativa de coalizão entre as respostas geram um conflito *insanável* entre as faculdades, opondo “aqueles que querem fundamentar tudo sobre princípios empíricos e aqueles que exigem fundamentação suprema *a priori*” (Kant 1796, p. 224). Kant procurará, então, fazer essa distinção e especificar em que sentido e de que maneira o problema factual da sede da alma poderia ser tratado.

Em primeiro lugar, ele argumenta que dar um lugar espacial, uma presença local, para aquilo que só pode ser dado ao sentido interno é uma contradição, o que constituiria um problema sem solução, devendo, portanto, ser excluído completamente da discussão. O argumento de Kant pode ser assim resumido:

tanto a alma quanto o corpo são objetos dados pelos sentidos; a primeira, apenas pelo interno e o segundo, apenas pelo externo. Sendo assim, parece que a pergunta “psicológico-metafísica” da relação espacial entre esses dois objetos deveria poder ser respondida *a priori* pela razão. Isso não é possível, sustenta Kant, visto que um objeto dado tão-somente no sentido interno (intuição interna) não tem propriedades espaciais. Em outras palavras, o conceito de sede da alma é autocontraditório, razão pela qual permanece vazio, sem nenhum referente que possa ser dado. (Loparic 2003b, p. 236)

Uma solução para tal situação seria supor que a alma poderia ser pensada como uma “presença virtual – que pertence somente ao entendimento e, por isso, justamente, não é local –

introduz[indo, assim,] um conceito que torna possível tratar a questão apresentada (a do *sensorium commune*) como um problema meramente fisiológico” (Kant 1796, p. 225).

Note que o problema, assim recolocado por Kant, tomando a alma como uma presença virtual, diz respeito apenas à alma no que concerne à sua receptividade sensitiva (*facultas sensitive percipiendi*) e não no que corresponderia à alma em termos da sua capacidade de causar movimento (*facultas locomotiva*). O problema passível de ser tratado pela medicina, por métodos empíricos, é tão-somente o da “matéria que torna possível a união de todas as representações sensíveis no ânimo” (Kant 1796, p. 225), a qual possibilitaria pensar a alma como uma presença virtual num corpo. Loparic comenta a delimitação do problema feita por Kant:

Na interpretação de Kant, a pergunta sobre o “órgão dos sentidos” busca pelas condições fisiológicas da percepção e sobre o “lugar comum das sensações”, pelas condições também fisiológicas da união de todas as percepções (representações dos sentidos, distintas de representações produzidas *a priori* pelo entendimento ou pela razão) na consciência empírica. Ambas tratam, portanto, tão-somente das *condições corpóreas* que tornam possíveis a recepção e a organização (unificação) de percepções, não da entidade (substância, comumente chamada “alma”) que supostamente executaria essas *operações mentais*. Por outro lado, o problema da sede da alma indaga sobre o lugar físico da entidade que executa as operações mentais em geral. Essa pergunta foi formulada, de maneira paradigmática, por Descartes, sua resposta sendo: a sede da alma é a glândula pineal, pequeno lugar no cérebro em que a alma se junta ao corpo (cf. *Traité des passions*, art. 31). (Kant 1796, p. 224, nota do tradutor Zeljko Loparic)

Analisando a proposta de Sömmering, que considera que a única matéria que poderia tornar possível a unidade coletiva de todas as representações é a água presente na cavidade cerebral, Kant dedica-se a mostrar que há dois pontos de vista teóricos, constitutivos de seu programa *a priori* de pesquisa para as ciências naturais, que poderiam ser usados para pensar como essa matéria está organizada: o ponto de vista mecânico e o dinâmico. Para o primeiro, essa água seria tal como uma máquina, tendo uma configuração rígida concebida em termos matemáticos; mas esse ponto de vista está em contradição com a propriedade da água de ser um fluído. Para o segundo, no entanto, a água tem uma organização dinâmica, sendo, pois, continuamente organizada sem jamais ficar organizada (segundo uma teoria física das forças químicas). Kant comenta, no entanto, que essas são hipóteses “muito arbitrárias” e têm valor apenas heurístico. Analisei, anteriormente, a natureza especulativa e a função heurística dos pontos de vista mecânico e dinâmico, tomados como conceitos da razão pura, salientando que esses conceitos têm apenas valor heurístico na busca das leis e explicações dos fatos empiricamente dados.

Podemos reconhecer, no exemplo da análise kantiana da proposta de Sömmering, um exemplo claro sobre o uso de um método especulativo de pesquisa, presente no programa *a priori* de pesquisa kantiano para as ciências da natureza:

As duas alternativas para a fisiologia especulativa do cérebro, consideradas por Kant em seus comentários sobre a descoberta de Sömmering, foram construídas de acordo com a metodologia *a priori* de pesquisa empírica, explicitada em *Princípios metafísicos da ciência da natureza* (1786). Seria permitido admitir hipóteses especulativas na ciência da natureza? Sim, responde Kant nesta obra, desde que elas sejam úteis na busca da formulação e da solução dos problemas empíricos (científicos). Ele advoga o uso, nas ciências empíricas, do *método especulativo*, pelo qual são criados, com a ajuda das idéias da razão, modelos arbitrários de processos naturais unicamente para facilitar a busca de leis e explicações, estas, sim, empiricamente controláveis. Além de observar e conectar fatos, a ciência precisa poder *especular* sobre eles. (Loparic 2003b, p. 240)

Esse tipo de especulação foi usado para pensar a matéria que torna possível a reunião de todas as representações no ânimo, mas Kant nada disse, nesse momento, sobre usar esse mesmo método especulativo para pensar a alma enquanto um conjunto de representações determinando-se reciprocamente, segundo um ponto de vista mecânico ou dinâmico, na construção de uma psicologia empírica.

4. OPINIÕES DE KANT SOBRE OS PROBLEMAS PARA A CONSTITUIÇÃO DA PSICOLOGIA COMO UMA CIÊNCIA EMPÍRICA

Vimos que, para Kant, as ciências da natureza podem ocupar-se dos objetos dados aos sentidos externos – função da física – ou do sentido interno – função da psicologia. Uma ciência plenamente constituída deve ter duas partes: uma racional, que trataria de seus objetos totalmente, segundo princípios *a priori*, fornecendo certezas apodícticas, denominada por Kant *ciência da natureza genuína*; e uma empírica, que trataria de seus objetos segundo as leis da experiência, denominada por ele *ciência da natureza não-genuína*. No caso da física, que trata dos objetos dados aos sentidos externos, ele mostrou como deveria ser essa ciência genuína, uma física pura ou transcendental que subjaz a física empírica. No entanto, no caso da psicologia, Kant não elaborou essa psicologia transcendental e indicou certas dificuldades ou limites para a sua elaboração.²⁹

Ao distinguir a ciência nesses dois sentidos, ele diz que uma é *racional* e a outra *histórica*, caracterizando, então, esta última como a que fornece uma teoria da natureza (uma doutrina dos corpos ou uma doutrina da alma) enquanto uma história da natureza, ou seja, numa doutrina “que nada contém a não ser fatos sistematicamente ordenados” (Kant 1786, p. 14; A 5), esses fatos seriam agrupados tanto em termos de uma *descrição da natureza*, “enquanto sistema classificador dos mesmos segundo analogias” (*ibid.*), quanto em termos de uma *história da natureza*, “enquanto exposição sistemática desses fatos em diferentes tempos e lugares” (Kant 1786, p. 14; A 5-6).

²⁹ Kitcher (1990) dedicou-se à análise desse tema, defendendo a existência de uma psicologia transcendental em Kant. Não me ocuparei aqui em analisar se essa hipótese de Kitcher é correta ou não, o que não é tema desse artigo, cujo objeto é a psicologia empírica e não a racional. A seguir, retomarei as posições de Kant que me parecem apontar para a impossibilidade de constituição de uma psicologia *a priori*, bem como caracterizar que tipo de conhecimento poderia ser, para ele, uma psicologia empírica.

Para Kant, a ciência empírica da natureza é, no seu sentido restrito, essa *doutrina histórica da natureza*; ela fornece apenas certezas empíricas, ou seja, ela proporciona uma organização e sistematização dos objetos dados aos sentidos, em termos de leis empíricas obtidas por meio da observação e da experiência e da generalização destas. No entanto, como mostrei no que se refere ao uso de ficções heurísticas na pesquisa empíricas no quadro do programa kantiano, a formulação de leis empíricas é auxiliada pelo uso de certos conceitos auxiliares de natureza especulativa (isto é, não-empíricos) que torna possível procurar relações empíricas objetivamente dadas ou dáveis, sem que eles mesmos possam ser objetiváveis da mesma maneira que os conceitos empíricos propriamente ditos. Na produção do conhecimento, tal como Kant a analisa, também é necessário considerar, além das generalizações empíricas e as idéias da razão, as categorias e os princípios do entendimento, os quais fornecem um quadro *a priori*, fundamental para o conhecimento da natureza.

A análise do lugar da psicologia no sistema de Kant deveria, pois, ser dividido ao menos em duas questões: o lugar da psicologia racional e o lugar da psicologia empírica. No seu livro *Princípios metafísicos da ciência da natureza*, Kant comenta a dificuldade na qual se encontra a psicologia, seja comparando-a com a química, que viveria um tipo de dificuldade análoga, seja apresentando algumas dificuldades adicionais relativas aos problemas de descrição dos fenômenos dados ao sentido interno. Retomarei esses comentários de Kant, distinguindo suas críticas relativas à dificuldade de constituição de uma psicologia racional e de uma psicologia empírica enquanto uma descrição sistemática dos fatos (psíquicos) em diferentes tempos e lugares.

Para Kant, uma ciência genuína da natureza corresponde a um conhecimento *a priori* da natureza, o que significa conhecer a natureza segundo a sua simples possibilidade (1786, p. 16; A 9). Esse conhecer *a priori* subjaz o conhecimento empírico, isto é, o conhecimento das coisas naturais determinadas. Kant especifica uma diferença entre conhecer as coisas por sua possibilidade e conhecer as coisas naturais determinadas, dizendo que o primeiro tipo de conhecimento pode dar-se apenas no pensamento, enquanto o segundo depende de que seja dado algo que existe também fora dele:

a possibilidade de coisas naturais determinadas não pode conhecer-se a partir dos seus simples conceitos; a partir destes pode, certamente, conhecer-se a possibilidade do pensamento (isto é, que ele não se contradiz a si mesmo), mas não do objeto enquanto coisa natural, a qual pode ser dada (como existente) fora do pensamento. (Kant 1786, p. 16; A 9)

Mas uma coisa é conhecer as coisas dadas fora do pensamento e outra é conhecer a *possibilidade* das coisas que podem ser dadas fora do pensamento. O último é um conhecer *a priori*,

cujos conceitos também precisam receber um conteúdo intuitivo, ou seja, também precisam ser dados *a priori* na intuição: “conhecer a possibilidade de coisas naturais determinadas, por conseguinte, conhecer estas *a priori*, exige ainda que se dê *a priori* a intuição correspondente ao conceito, isto é, que o conceito seja construído” (Kant 1786, p. 16; A 10). Esse conhecimento da possibilidade das coisas determinadas dadas fora do pensamento também é caracterizável como o mesmo tipo de conhecimento que a matemática fornece: “[o puro conhecimento racional] que funda o seu conhecimento unicamente na construção dos conceitos, mediante a apresentação do objeto numa intuição *a priori*, chama-se matemática” (1786, p. 15; A 7). Assim, Kant afirma que a possibilidade de conhecer matematicamente a possibilidade dos objetos naturais determinados é uma necessidade:

uma pura filosofia da natureza em geral, isto é, aquela que unicamente investiga o que constitui o conceito de natureza em geral, pode ser possível mesmo sem a matemática, mas uma doutrina acerca das coisas naturais determinadas (doutrina dos corpos e doutrina da alma) só é possível por meio da matemática. (1786, p. 16; A 9)

Noutros termos, ele está afirmando que uma ciência da natureza no seu sentido pleno dependerá do quanto matematizável poderá ser esse objeto: “em toda a teoria particular da natureza se pode apenas encontrar tanta ciência genuína quanta matemática com que aí se depare” (1786, p. 16; A 8).

Referindo-se à química, ele diz que esta ainda não conseguiu construir conceitos que possam receber conteúdos intuitivos adequados – seja *a priori* seja *a posteriori* – e que isso faz com que ela não possa ser considerada uma genuína ciência da natureza, mas tão-somente uma teoria experimental:

enquanto para as ações químicas das matérias entre si se não encontrar algum conceito que construir se possa, isto é, enquanto não se fornecer uma lei da aproximação ou do afastamento das partes segundo a qual, por exemplo, em proporção das suas densidades e coisas semelhantes, os seus movimentos, juntamente com as suas conseqüências, se possam tornar intuíveis e representar *a priori* no espaço (exigência que dificilmente alguma vez se realizará), a química só poderá tornar-se uma arte sistemática, ou uma teoria experimental, mas jamais uma ciência genuína, porque os seus princípios são puramente empíricos e não permitem nenhuma exibição *a priori* na intuição [...]. (Kant 1786, pp. 16-17; A 10)

A química caracterizada, então, como uma teoria empírica forneceria princípios e relações puramente empíricos, proporcionando, nesse sentido, uma exposição sistemática dos fatos descritos pela observação em diferentes tempos e lugares. A química pode, assim, corresponder a uma doutrina histórica da natureza, a uma ciência da natureza não-genuína ou, também, mas noutros termos (e é isto que me interessa ressaltar), a uma ciência apenas empírica da natureza.

Ainda se referindo à química, Kant dirá que, por falta desses conceitos *à priori*, ela também não pode matematizar seus objetos e, portanto, não pode ser denominada uma genuína ciência da natureza. O que não significa dizer que ela não pode ser uma ciência empírica da natureza, no sentido aqui especificado. O fato de a química ter se estabelecido, pós-Kant, como uma ciência empírica, inclusive passível de aplicar uma matemática a seus objetos, mostra apenas que, no que diz respeito aos objetos estudados pela química, foi elaborada uma possibilidade de matematização destes – os objetos empiricamente dados (enquanto coisas naturais determinadas) –, mas não significa que essa possibilidade de matematização também seja aplicável a conceitos dados *a priori* como expressão de uma parte transcendental que faria da química uma ciência no seu sentido genuíno.³⁰ Essa distinção é importante porque separa a argumentação: de um lado às questões relativas à possibilidade de construção ou elaboração de ciência racional ou transcendental e de outro a discussão de uma ciência empírica da natureza.

Tendo caracterizado a situação na qual se encontra a química, Kant passa a comentar o que ocorre com a psicologia. Tal como a química, ele considera que a psicologia também estaria muito distante da possibilidade de constituir uma ciência genuína, alegando uma série de argumentos que dizem respeito tanto à impossibilidade de elaboração de uma psicologia racional quanto às dificuldades que a psicologia empírica encontra no que se refere à descrição de seus objetos dados empiricamente. O primeiro argumento de Kant, corresponde à impossibilidade de a psicologia matematizar seus objetos:

Mais afastada ainda do que a própria química da posição de uma ciência natural propriamente dita deve permanecer a doutrina empírica da alma, primeiro, porque a matemática não é aplicável aos fenômenos do sentido interno e às suas leis, pois se deveria então ter em conta apenas a lei da continuidade na corrente das suas modificações internas – o que seria, porém, um alargamento do conhecimento, que se comportaria em relação ao que a matemática proporciona à doutrina dos corpos pouco mais ou menos como a teoria das propriedades da linha reta relativamente a toda geometria. (Kant 1786, p. 17; A 10)

A matemática é aqui tomada como sinônimo de geometria e, enquanto tal, os referentes dos conceitos matemáticos precisam ter, no mínimo, duas dimensões. No entanto, da psicologia como uma ciência natural tem como objetos aqueles dados ao sentido interno, mas estes têm apenas uma única dimensão, tornando impossível matematizá-los: “Com efeito, a pura intuição interior em que se devem construir os fenômenos da alma é o tempo, que tem apenas uma di-

³⁰ Não faz deste estudo um desenvolvimento ou a análise da possibilidade de a química ser considerada uma ciência genuína, levando essa possibilidade de matematização dos objetos dados empiricamente para os conceitos desses dados *a priori*.

menção” (Kant 1786, p. 17; A 11). Essa impossibilidade deve ser referida tanto ao objeto de uma psicologia transcendental quanto ao de uma psicologia empírica.

Ao continuar argumentando que a psicologia encontra-se numa situação mais difícil do que a da química no que se refere a estabelecer-se como uma ciência empírica, ele discute as dificuldades que a psicologia encontra para descrever seus fatos. Na química, é possível considerar elementos dados separadamente que se combinariam e recombinariam, mantendo-se como tais, entretanto, na psicologia, esse múltiplo dos objetos dados ao sentido interno não têm essa mesma possibilidade:

Nem sequer da química a psicologia pode aproximar-se, enquanto arte sistemática de análise ou teoria experimental, porque nela o diverso da observação interna só é mutuamente separável mediante uma simples divisão do pensamento, mas não pode conservar-se separado e combinar-se de novo à vontade [...]. (Kant 1786, p. 17; A 11)

Além disso, continua Kant, não só há dificuldades na construção de experiências adequadas ao propósito da pesquisa empírica, dado que um sujeito pensante pode intervir voluntária ou involuntariamente no resultado da experiência, como também é necessário considerar que a própria observação pode transformar o estado do objeto observado. Isso implica dizer que não seria possível estabelecer experimentos confiáveis e numa extensão tal que pudesse fornecer uma doutrina experimental da alma. Esse conjunto de argumentos faz com que Kant considere impossível à psicologia constituir uma ciência natural no seu sentido genuíno: “[A psicologia] nunca pode ser outra coisa exceto uma teoria natural histórica do sentido interno e, como tal, tão sistemática quanto possível, isto é, uma descrição natural da alma, mas não uma ciência da alma, nem sequer uma doutrina experimental psicológica” (*ibid.*).

No entanto, seria possível que a psicologia fosse constituída como uma ciência natural não-genuína, não como uma doutrina transcendental da alma, mas (ainda que haja dificuldades no que se refere à possibilidade de descrever seus objetos e certas impossibilidades para fazer experimentos) como uma teoria empírica que descreve uma história natural da alma no seu sentido empírico, relatando os acontecimentos uns após os outros, ordenado-os e sistematizando-os, chegando, nesse sentido, a formular leis empíricas obtidas pela generalização dos fenômenos assim observados e descritos.

Creio ser necessário fazer, ainda, uma distinção entre a alma pensada em termos transcendentais, referindo-se ao eu transcendental, e a alma pensada em termos empíricos, correspondendo ao eu empírico. Só no segundo caso o eu poderia ser objeto da psicologia enquanto uma ciência empírica, jamais no primeiro.

5. ESCLARECIMENTO ACERCA DO OBJETO DO QUAL DEVE OCUPAR-SE A PSICOLOGIA EMPÍRICA

No parágrafo 7 de *Antropologia do ponto de vista pragmático*, Kant diz explicitamente que caberia à psicologia ocupar-se de “todas as percepções internas sob as leis da natureza” (Kant 1798, p. 27), ou seja, das representações em relação às quais “o espírito se comporta passivamente e pelas quais o sujeito é, então, afetado (este pode afetar a si mesmo ou ser afetado por um objeto)” (*ibid.*).³¹ A psicologia como uma teoria empírica dos objetos dados ao sentido interno corresponde, pois, a um dos aspectos dessa antropologia fisiológica, na qual o homem seria considerado apenas um espectador das suas representações. Kant afirma qual o objeto que caberia à psicologia empírica tratar: as representações em relação às quais o espírito se comporta passivamente. A esse respeito, ele diz:

Em relação ao estado de suas representações, meu espírito é *ativo* e manifesta uma *faculdade* (*facultas*) ou é *passivo* e consiste numa *receptividade* (*receptivitas*). Um conhecimento comporta sua associação; e sua possibilidade deve seu nome como faculdade de conhecer a seu elemento mais eminente: a atividade do espírito ligando as representações e as separando umas das outras.

As representações em relação às quais o espírito se comporta passivamente e pelas quais o sujeito é, então, *afetado* (este pode afetar a si mesmo ou ser afetado por um objeto) pertence à faculdade *sensível* de conhecer; as que comportam uma pura ação (o pensamento) pertencem à faculdade *intelectual* de conhecer. A primeira é igualmente chamada faculdade *inferior* de conhecer; a outra, faculdade *superior*. A primeira tem o caráter de passividade do sentido interno das sensações; a segunda, a espontaneidade da apercepção, quer dizer, da pura consciência da ação que constitui o pensamento e releva da *lógica* (um sistema de regras do entendimento), da mesma maneira que a primeira releva da *psicologia* (o conceito que envolve todas as percepções internas sob as leis da natureza) e funda a experiência interna. (Kant 1798, pp. 26-27)

Ainda nesse mesmo trecho de *Antropologia*, Kant distingue entre a consciência de si como um problema a ser tratado pela filosofia – problema racional dado em termos transcendentais (o eu transcendental, jamais dável no campo da intuição) – e a consciência de si como fenômeno empírico, dado na intuição, tomando esse último como objeto de uma antropologia do ponto de vista fisiológico – ou, noutros termos, objeto de uma psicologia como uma ciência empírica. Diz Kant, colocando o problema:

Como ultrapassar esta grave dificuldade que consiste em que a consciência de si representa somente o fenômeno de si mesmo e não o homem em si, e que não há um eu duplo, mas uma dupla consciência deste eu, a do pensamento puro, mas também a da *percepção* interior (uma consciência racional e uma consciência empírica, quer dizer, uma apercepção discursiva e outra intuitiva), a primeira pertence à *Lógica*, a segunda, à *Antropologia* (enquanto fisiológica), aquela sem conteúdo (matéria do conhecimento) e esta recebendo do sentido interno um conteúdo?³²

³¹ Observe que, no § 5 desse mesmo livro, Kant já aponta para a existência de representações conscientes (claras) e representações obscuras (não dadas à consciência, logo, inconscientes, nesse sentido descritivo).

³² Kant 1798, variante da “Observação” feita no parágrafo 7, p. 172.

É necessário entender, portanto, em que sentido específico Kant propõe que a alma seja tomada como um objeto de uma psicologia empírica. Para ele, a alma, enquanto uma substância simples, é objeto de uma *idéia transcendental*, que é um conceito puro da razão que permite pensar um tipo de totalidade (a do sujeito pensante) como uma condição para o conhecimento. Segundo Kant, essa totalidade absoluta do sujeito pensante é uma ficção heurística;³³ contudo, apesar de ser uma especulação, é pensada de forma análoga aos conceitos empíricos, mesmo que a alma (como uma idéia da razão) jamais possa vir a ser objeto de uma experiência. Afirma Kant:

Tomando as idéias como princípios, vamos *primeiramente* ligar, ao fio condutor da experiência interna, todos os fenômenos, todos os atos e toda a receptividade de nosso espírito *como se* este fosse uma substância simples, que existe com identidade pessoal (pelo menos em vida), enquanto mudam continuamente os seus estados, entre os quais se encontram os do corpo, mas como condições externas. (Kant 1787, B 700)

Para Kant, o assunto estudado pela psicologia empírica não é a alma, o sujeito transcendental ou a consciência transcendental, mas os objetos dados no sentido interno (a consciência empírica), a saber, o eu empírico e todos os nossos estados mentais, submetidos às leis da natureza. Ao dizer que a alma pode ser objeto de uma psicologia como uma ciência empírica, deve-se ter em mente que Kant está se referindo não à alma no seu sentido transcendental, mas a esse sentido empírico acima indicado.

Noutro momento de *Antropologia*, Kant indica qual o campo de problemas deveria caber à psicologia tratar, tomando-a como a ciência que se ocuparia das determinações internas que conduziriam o homem a uma mera passividade, na qual está afastada a sua faculdade de agir livremente. Ao tratar do tema do suicídio, ele distingue o entendimento desse ato no que se refere à possibilidade de o homem agir livremente – problema que deveria ser tratado pela antropologia do ponto de vista pragmático, problema moral – do suicídio causado por doença, isto é, o suicídio não como uma ação livre, mas como um ato ao qual o homem seria levado por suas próprias determinações interiores – problema que deveria ser tratado pela antropologia do ponto de vista fisiológico ou pela psicologia empírica. Sobre a coragem ou covardia do suicida, Kant especifica um aspecto do problema que caberia à psicologia resolver: “O suicídio pressupõe coragem ou sempre covardia? Questão não moral, mas puramente psicológica?” (Kant 1798, p. 114, § 77). Ao separar o problema moral do problema psicológico, Kant reitera a diferença entre o estudo do homem como ser livre de ação e enquanto “espectador de suas representações”, ou

³³ Talvez fosse necessário retomar a análise mais detalhada que Kant faz do “eu penso”, enquanto uma apercepção originária que é vazia de conteúdo e não permite a aplicação de qualquer categoria, como a de substância, para entender melhor o que é esse eu empírico, suposto heurísticamente como uma substância simples. No entanto, essa discussão não será feita aqui, pois sobrecarregaria ainda mais o texto.

seja, como um objeto natural do qual deve se ocupar a psicologia enquanto uma ciência natural não-genuína, como uma ciência empírica.

6. A OPINIÃO DE KANT SOBRE O LUGAR A SER OCUPADO PELA PSICOLOGIA EMPÍRICA

No final da primeira *Crítica*, Kant diz claramente qual lugar deve ocupar a psicologia empírica:

qual será a posição da psicologia empírica que sempre reclamou seu lugar na metafísica, e da qual se esperavam na nossa época tão grandes coisas para o esclarecimento desta ciência, depois de ter perdido a esperança de estabelecer *a priori* qualquer coisa de concludente? Respondo: o seu lugar é aquele onde deve ser colocada a física propriamente dita (empírica), isto é, do lado da filosofia aplicada, para a qual a filosofia pura contém os princípios *a priori* e com a qual, portanto, deve estar unida, mas não confundida. (Kant 1787, B 876)

Como mostrei, Kant está ciente das dificuldades para a construção dessa psicologia; enquanto ele defende a impossibilidade de construção de uma psicologia transcendental, também afirma que a essa psicologia deverá ser reservado um pequeno lugar, considerando que ela deveria “estabelecer morada própria numa antropologia pormenorizada (que seria o análogo da física empírica)” (Kant 1787, B 877). Essa psicologia empírica seria uma antropologia pormenorizada tal como Kant a especificou em 1798, a antropologia do ponto de vista fisiológico, referida ao jogo de representações que determinam o homem, conforme explicitada anteriormente. Kant considera que há representações em relação às quais o homem está consciente (denominadas representações claras) e outras às quais este não está consciente (denominadas representações obscuras):

Ter representações, mas não estar consciente delas, constitui, ao que parece, uma contradição. Com efeito, como poderíamos saber que nós a temos se não estamos conscientes delas? Esta objeção já foi feita por Locke, que por isso recusava também a existência de um tal tipo de representação. Todavia nós podemos ser imediatamente conscientes de ter uma representação ainda que nós não sejamos imediatamente conscientes dela. – Representações como essa são ditas *obscuras*, as outras são *claras* [...]. (Kant 1798, § 5, pp. 22-23)³⁴

O lugar da psicologia empírica no sistema de Kant e a analogia proposta com a física empírica podem ser, agora, mais bem explicitados. Separando, também na física, a sua parte racional da empírica, pode-se dizer que Kant considera que a psicologia empírica deverá se estabelecer num quadro análogo ao da física empírica. Esse quadro pode ser entendido em termos de certos aspectos transcendentais, supondo que os objetos a serem tratados pela psicologia deverão ser considerados a partir das mesmas categorias do entendimento que os objetos da física, o que implica, ao menos, considerar que o psiquismo pode ser objetivável, tal como são todos os obje-

³⁴ Kant afirma, ainda, que as representações obscuras constituem a maior parte das representações: “no homem, o campo das representações obscuras é o mais extenso” (Kant 1798, § 5, p. 23).

tos da natureza, e, enquanto objeto empírico, deve ser possível atribuir-lhe relações de causalidade do mesmo tipo que as dadas pelos princípios da experiência em geral, tal como analisadas e apresentadas por Kant nas categorias do entendimento teórico.³⁵ Mas também é possível entender esse quadro em termos metodológicos, isto é, considerando que o programa kantiano de pesquisa *a priori* fornece um modelo heurístico de pesquisa tanto no que se refere à consideração da alma (no que diz respeito apenas a seus aspectos empíricos, *como se* fosse uma substância simples) quanto no uso de ficções heurísticas (tais como as que caracterizam o ponto de vista dinâmico, como adequadas para a pesquisa empírica do homem enquanto um mero efeito do jogo de suas representações).³⁶

7. INDICAÇÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA KANTIANO PARA A PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DA PSICOLOGIA MODERNA

Toda proposta de constituição de uma psicologia como uma ciência empírica que aceite esse quadro kantiano, tanto por seus aspectos transcendentais como heurísticos, acaba por naturalizar e objetificar o homem. Caberia, pois, analisar como foram efetivamente elaboradas as psicologias como ciências empíricas pós-Kant, identificando tanto aquelas propostas que teriam seguido esse fio condutor por ele indicado quanto as elaboradas fora desse quadro.

Creio que seria possível reconhecer nas propostas de Johann Herbart e Freud – dentre outros, tais como Gustav Fechner, Henri Helmholtz, Wilhem Wundt, Ernst Mach, William James, John Watson, Burrhus Skinner etc. – uma forte influência do programa kantiano e afirmar que suas propostas para a fundação da psicologia como uma ciência empírica podem ser reconhecidas ocupando o lugar previsto por Kant.

Para exemplificar essa hipótese, retomarei alguns aspectos das psicologias de Herbart e de Freud. Em Herbart (1776-1841), que substituiu Kant na Universidade de Konisberg após a morte deste último, encontramos a proposta de uma psicologia empírica numa perspectiva e linguagem bem kantiana. Para ele, o psiquismo é composto por um conjunto de unidades, as representações, cuja determinação recíproca e os efeitos dessas determinações deveriam ser explicados em termos de uma “mecânica das representações” (*Vorstellungsmechanik*) numa interação dinâmica de idéias.³⁷ Em Freud (1856-1939), é possível reconhecer um dos exemplos mais significativamente claros da influência do programa kantiano. Na sua obra podemos encontrar tanto a tentativa de

³⁵ Ou seja, não se trata aqui de considerar o entendimento referido aos costumes, o que nos levaria a especificar o entendimento no seu sentido prático.

³⁶ Essa perspectiva de análise se opõe àquela que considera que, para Kant, seria impossível para a psicologia se constituir como uma ciência empírica (tal como defendem Leahey 1987, pp. 118-21, e Gabbi Jr. 2004).

³⁷ Cf. em Andersson 1997 (pp. 33 e s.) alguns comentários sobre a psicologia proposta por Herbart, bem como a influência desta em Freud.

construção de uma psicologia científica formulada com o auxílio de um modelo especulativo descrito em termos neurofisiológicos, com a formulação de uma metapsicologia descrita em termos biológicos (proposta em 1895 no seu *Projeto de uma psicologia científica*, rapidamente abandonado e só publicado após sua morte como documento inédito),³⁸ quanto a formulação de um modelo mais propriamente psicológico, no qual o psiquismo é concebido como um conjunto de representações (conscientes e inconscientes), determinadas tal como qualquer outro objeto externo ao homem (objeto natural). Nessas duas tentativas encontramos explicações apoiadas em modelos teóricos fictícios. Freud abandonou a primeira metapsicologia e desenvolveu a segunda, esta que utiliza termos mais propriamente psicológicos, chegando mesmo a caracterizar esse tipo de construção teórica como sendo a superestrutura especulativa da psicanálise. Nesta metapsicologia estão presentes, de forma central e mesmo definidora, a opção pelo ponto de vista dinâmico e pelas forças psíquicas (as pulsões), enquanto um princípio metodológico.

Basta aqui lembrar o que ficou conhecido na história como o *juramento epistemológico* de Ernst Brücke e Emile Du Bois-Reymond³⁹ para reconhecer a orientação seguida por Freud ao propor que o psiquismo é movido por forças psíquicas (as pulsões) equivalentes em dignidade às forças físico-químicas. Não é, portanto, por acaso que Freud caracterizará, logo no primeiro parágrafo do seu texto sobre a metapsicologia, as pulsões como idéias abstratas, conceitos puramente convencionais, que, ao lado da ficção teórica do aparelho psíquico e da libido (como energia apenas suposta) são utilizados como uma superestrutura especulativa que visa a apreensão, organização e sistematização dos dados empíricos, em que há apenas passividade, ou seja, o psiquismo pensado por sua determinação natural.

Por outro lado, cabe, ainda, indicar ao menos uma proposta de constituição da psicologia como uma ciência empírica que teria sido estabelecida fora do quadro kantiano. Alguns autores atuais, tanto no campo da filosofia como no da psicanálise, têm reconhecido na obra de Donald Winnicott a formulação de uma psicologia empírica que não objetifica nem naturaliza o homem.⁴⁰ Como exemplo dessa perspectiva traçada por Winnicott, quero salientar a recusa que ele

³⁸ No mesmo sentido do comentário que Kant fez sobre o livro de Sömmering (na formulação de um modelo fictício que toma os neurônios como a matéria que torna possível reunir todas as representações).

³⁹ Como afirmam Brücke e Bois-Reymond: “nos comprometeremos a impor esta verdade, a saber, que somente as forças físicas e químicas, com exclusão de qualquer outra, agem no organismo. Nos casos que não podem ser explicados, no momento, por essas forças, devemos nos empenhar em descobrir o modo específico ou a fonte de sua ação, utilizando o método físico-matemático, ou então postular a existência de outras forças, equivalentes em dignidade, às forças físico-químicas inerentes à matéria, redutíveis à força de atração e repulsão” (*apud* Shakow e Rapa-report 1964, p. 34).

⁴⁰ A linha de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Filosofia e Práticas Psicoterápicas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUCSP tem apresentado resultados significativos nessa direção. Consulte, em especial, os textos de Loparic (2001 e 2005) e de Dias 2003, bem como outros estudos no site www.cle.unicamp.br/grupofpp.

faz da teoria metapsicologia freudiana e sua consideração de que as relações inter-humanas, ao menos no início da vida, quando o bebê se relaciona com o seio, não podem ser descritas em termos de relações de objeto que se determinam tal como objetos naturais; mais ainda, ele considera que a própria relação de uma pessoa com o ambiente acaba estabelecer um lugar para a existência que não é passível de ser descrito ou objetificado por objetos dados ao sentido interno. Isso implica dizer, ainda que não se trate aqui de demonstrar essa afirmação, que Winnicott não seguiu o fio condutor deixado por Kant no que se refere ao quadro transcendental ou heurístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSSON, O. *Freud avant Freud. La préhistoire de la psychanalyse (1886-1896)*. Condé-sur-Noireau: Synthélo Groupe, 1997.
- DIAS, E.O. *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- FULGENCIO, L. “As especulações metapsicológicas de Freud”. *Natureza humana*, v.5, n.1, pp. 129-73, 2003.
- GABBI Jr., O.F. “Resenha de Richard Thesein Simanke 2002: *Metapsicologia lacaniana*”. *Natureza humana*, v. 6, n. 1, pp. 125-34, 2004.
- KANT, I. [1786]. *Princípios metafísicos da ciência da natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- ____ [1787]. *Crítica da razão pura*. 1.ed. 1781 (A) e 2.ed. 1787 (B). Traduzido a partir da edição crítica de Raymond Schimidt (1956). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- ____ [1788]. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- ____ [1793]. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ____ [1796]. “Observações referentes a *Sobre o órgão da alma*”. *Natureza humana*, v.5, n.1, 2003, pp. 223-29.
- ____ [1798]. *Antropologie du point de vue pragmatique*. Paris: Vrin, 1994.
- ____ [1923]. *Manual dos cursos de lógica geral*. Uberlândia, Campinas: EDUFU/IFCH-Unicamp, 1998.
- KITCHER, P. *Kant's Transcendental Psychology*. New York: Oxford University Press, 1990.
- KUHN, T.S. [1970]: *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- ____ [1989]. “The Natural and the Human Sciences”. In: Kuhn 2000.
- ____ [1990] “The Road since Structure”. In: Kuhn 2000.
- ____ *The Road since Structure: Philosophical Essays, 1970 – 1993, with an Autobiographical interview*. Edited by James Conant and John Haugeland. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2000.
- LEAHEY, T.H. *A History of Psychology. Mains Currents in Psychological Thought*. New Jersey: Prentice-Hall, 1987.
- LOPARIC, Z. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas: CLE/Unicamp, 2000. (Coleção CLE, v.29)
- ____ “Esboço do paradigma winnicottiano”. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, v. 11, n. 2, pp. 7-58, 2001.
- ____ “As duas metafísicas de Kant”. *Kant e-Prints*, v. 2, n. 5, edição eletrônica, 2003a. (<http://www.cle.unicamp.br/kant-e-prints/>).
- ____ “De Kant a Freud: um roteiro”. *Natureza humana*, v. 5, n. 1, pp. 231-45, 2003b.
- ____ “Elementos da teoria winnicottiana da sexualidade”. *Natureza humana*, v. 7, n. 2, 2005, no prelo.
- SHAKOW, D. e RAPAPORT, D. “Nineteenth and Early Twentieth Century Background”. *Psychological Issues*, v. 14, n. 1, Monograph 13: *The Influence of Freud on the American Psychology*, 1964.